

VIDEOLAR

CNPJ: 04.229.761/0001-70 - NIRE: 1330001032-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009 (Em milhares de reais)

Ativo	31.12.2009			01.01.2009			Passivo	31.12.2009			01.01.2009		
	31.12.2010	(Reapresentado)	(Reapresentado)	31.12.2010	(Reapresentado)	(Reapresentado)		31.12.2010	(Reapresentado)	(Reapresentado)	31.12.2010	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante							Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	49.407	14.475	22.589				Empréstimos e financiamentos (Nota 8)	-	1.377	59			
Contas a receber (Nota 4)	81.275	79.563	77.342				Fornecedores	25.727	34.153	103.693			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 4)	(17.713)	(18.476)	(19.590)				Obrigações trabalhistas	8.202	11.406	8.696			
Impostos a recuperar	4.860	5.884	4.360				Impostos e contribuições a recolher	3.002	9.742	5.959			
Impostos antecipados	2.835	7.251	10.831				Royalties a pagar (Nota 11)	27.276	19.052	17.944			
Estoques (Nota 5)	124.537	149.244	203.054				Dividendos a pagar	-	1.352	-			
Despesas antecipadas	504	224	507				Impostos parcelados (Nota 10)	6.177	-	5.325			
Adiantamento a fornecedores	26.724	18.460	10.915				Comissões a pagar	691	925	1.025			
Outros créditos e valores	4.917	10.179	4.425				Frete a pagar	3.209	2.492	3.536			
Total do ativo circulante	277.346	266.804	314.443				Outras obrigações	7.739	8.699	8.238			
							Total do passivo circulante	82.023	89.198	154.475			
Ativo não circulante							Passivo não circulante						
Realizável a longo prazo							Imposto de renda diferido (Nota 16)	53.467	41.443	41.317			
Depósitos Judiciais (Nota 9)	30.773	21.499	13.429				Impostos parcelados (Nota 10)	1.544	13.899	19.821			
Impostos e contribuições sociais diferidos (Nota 16)	24.960	18.964	17.603				Empréstimos e financiamentos (Nota 8)	42.892	38.113	16.078			
							Provisão para contingências (Nota 9)	32.983	25.136	19.877			
Permanente							Total do passivo não circulante	130.886	118.591	97.093			
Investimentos	-	-	645				Patrimônio líquido (Nota 12)						
Imobilizado (Nota 6)	430.982	448.825	448.273				Capital social	465.465	460.488	471.910			
Intangível	1.161	681	963				Reservas de capital	-	4.977	-			
Total do ativo não circulante	487.876	489.969	480.913				Ajuste de avaliação patrimonial	79.712	79.957	80.202			
							Reservas de lucros (prejuízos acumulados)	7.136	3.562	(8.324)			
Total do ativo	765.222	756.773	795.356				Total do patrimônio líquido	552.313	548.984	543.788			
							Total do passivo	765.222	756.733	795.356			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	2009	
	2010	(Reapresentado)
Receita operacional líquida (Nota 13)	794.963	854.700
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados (Nota 14)	(672.326)	(686.957)
Lucro bruto	122.637	167.743
Despesas operacionais		
Despesas administrativas / Recursos humanos (Nota 14)	(53.302)	(21.417)
Despesas comerciais / Logística (Nota 14)	(33.973)	(54.458)
Despesas industriais / Tecnologia (Nota 14)	(17.587)	(67.732)
Receitas financeiras (Nota 15)	11.928	34.435
Despesas financeiras (Nota 15)	(7.789)	(25.846)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(5.459)	(589)
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social e das participações dos empregados nos resultados	16.455	32.136
Imposto de renda e contribuição social - Corrente (Nota 16)	-	(5.189)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido (Nota 16)	(6.028)	1.234
Lucro líquido do exercício antes das participações dos empregados nos resultados	10.427	28.181
Participação dos empregados nos resultados	-	(2.587)
Lucro líquido do exercício	10.427	25.594
Quantidade de ações em circulação no final do exercício	815.907	815.907
Lucro por ação (R\$)	12,57	31,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

	2009	
	2010	(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	10.427	25.594
Ajuste para reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Imposto de renda diferido	6.028	(1.234)
Depreciação	22.746	54.264
Valor residual na baixa do imobilizado	81	3.009
Juros e variações monetárias	(3.226)	9.280
(Reversão) do empréstimo com o Banco Fortis	(36.164)	-
Perda na baixa do ativo não circulante	-	645
Provisão para baixas e perdas do imobilizado	60.805	3.582
(Reversão) provisão para contingências	7.847	(1.522)
Valor justo do imobilizado	(80.203)	-
Valor justo do imobilizado	80.202	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(763)	(1.104)
	67.780	92.514
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber	(1.712)	(2.221)
Impostos a recuperar / antecipados	5.440	2.056
Estoques	24.707	53.810
Outros ativos	(12.557)	(6.761)
	15.878	46.884
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(8.426)	(69.540)
Obrigações trabalhistas	(3.204)	2.710
Impostos e contribuições sociais a recolher	(6.740)	3.783
Outros passivos	217	(10.820)
	(18.153)	(73.867)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	65.505	65.531
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(66.425)	(68.672)
Aquisição de ativo intangível	(559)	-
Venda de bens do ativo imobilizado	717	-
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(66.267)	(68.672)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	43.500	59.428
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(708)	(45.355)
Pagamento de dividendos	(7.098)	(19.046)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	35.694	(4.973)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	34.932	(8.114)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.475	22.589
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	49.407	14.475
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	34.932	(8.114)

Continua...

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros				
	Capital social	Incentivo de Imposto de renda patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros			
				Reserva Legal	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	
Saldo em 1º de Janeiro de 2009 (reapresentado)	471.910	-	80.202	-	-	(8.324)	543.788
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(245)	-	-	245	-
Redução de capital conforme ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2009	(11.422)	-	-	-	-	11.422	-
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	(20.398)	(20.398)
Lucro líquido do exercício (reapresentado)	-	-	-	-	-	25.594	25.594
Destinações:							
Constituição do incentivo fiscal de imposto de renda	-	4.977	-	-	-	(4.977)	-
Reserva Legal	-	-	-	1.279	-	(1.279)	-
Reserva para Retenção de Lucros	-	-	-	-	2.283	(2.283)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	460.488	4.977	79.957	1.279	2.283	-	548.984
Aumento de capital conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2010	4.977	(4.977)	-	-	-	-	-
Dividendos pagos antecipadamente conforme Ata de Assembleia de 24 de maio de 2010	-	-	-	-	-	(7.098)	(7.098)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(245)	-	-	245	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	10.427	10.427
Destinações:							
Reserva Legal	-	-	-	522	-	(522)	-
Reserva para Retenção de Lucros	-	-	-	-	3.052	(3.052)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	465.465	-	79.712	1.801	5.335	-	552.313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

A Videolar S.A. ("Videolar" ou "Companhia") oferece soluções integradas de produtos e serviços para diversas empresas de entretenimento, desde os grandes estúdios de Hollywood, até distribuidores independentes de filmes e indústrias do segmento fonográfico. Além de fabricar a mídia e sua respectiva embalagem, a Companhia oferece uma cadeia completa de serviços e distribuição que verticaliza todo o processo produtivo (Authoring, Masterização, Duplicação, Replicação, Tradução, Legendação, Controle de Estoque, Armazenagem, Faturamento, Manuseio, Logística de Distribuição e Serviço Pós Venda). Atua também no segmento de Resinas Plásticas (Poliestireno), atendendo clientes dos setores de Eletroeletrônicos, Plásticos, Descartáveis, Alimentos, entre outros. É importante fabricante de Mídias Gravadas (CD e DVD) e Mídias Virgens (CD-R, DVD-R, discos, fitas de áudio e vídeo), das marcas Nipponia e Emtec®. O fato de contar com grandes clientes na área de entretenimento possibilitou a atuação junto ao consumidor final, oferecendo seu rico e diversificado catálogo ao mercado por meio de comércio eletrônico e tele vendas, através da Videolar.com.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A sede social da empresa está localizada em Manaus - AM. A Companhia é controlada por pessoas físicas sendo que o principal acionista detém 86% das ações ordinárias do seu capital social.

Destaca-se entre os projetos de expansão, a construção de uma nova Unidade Industrial (Unidade Fazenda Vitória) em uma área de 289.000 m² com uma área construída de 69.000 m² a ser concluída no segundo semestre de 2011. Esta Unidade terá como finalidade principal a produção dos filmes de BOPP (filme de polipropileno bi-orientado) e BOPET (filme de Polietileno Tereftalato bi-orientado). Ambos com ampla utilização em embalagens plásticas no ramo alimentício e industrial.

Completa os novos segmentos de negócios que também serão industrializados na Unidade Fazenda Vitória, a produção de chapas de PP (polipropileno) e PP cast (filme de polipropileno).

2. Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano. Vide nota 2.14, com os detalhes das estimativas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010.

A autorização para a conclusão da preparação dessas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 29 de abril de 2011.

2.1 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

2.2 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento. A Companhia não possui aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

2.4 Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. As contas a receber de distribuidas (licenciantes) são apresentadas líquidas dos repasses a serem efetuados aos estúdios, conforme descrito na nota 4.

2.5 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.
 - Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.
- O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.
- As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando não apresentar previsibilidade de uso ou venda nos próximos 180 dias.

2.6 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 6 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo do imobilizado somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo), são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

As alterações nas taxas até então vigentes e as atuais estão demonstradas abaixo:

	Taxa anual média - %	
	Anterior	Atual
Edifícios e Benfeitorias	4%	2,5%
Equipamentos e instalações	10%	10% a 20%
Móveis e Utensílios	10%	10%
Outros materiais	10%	10% a 20%

Os custos de captação de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso, são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos. Todos os demais custos de captação de empréstimos são lançados como despesas no período em que ocorrem. Os custos de captação de empréstimos compreendem os juros e demais custos em que a Companhia incorre em função da captação de recursos.

2.7 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por licenças para uso de software.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.8 Provisão por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável ou valor justo de outro ativo é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como outras despesas operacionais.

2.9 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido nos balanços quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido nos balanços quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.10 Tributação

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e contribuições	Sigla	Alíquotas
Programa de integração social	PIS	0,65% a 1,65%
Contribuição social para financiamento da seguridade social	COFINS	3% a 7,6%
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	ICMS	7%, 12% e 18%
Imposto sobre produtos industrializados	IPI	15% e 25%
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	ISS	2%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação, tais como imposto de renda e contribuição social retidos na fonte descontadas das receitas, são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias nas datas dos balanços entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias adicionadas, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
 - sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.
- Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:
- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
 - sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, os referidos impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas nas datas dos balanços.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de impostos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou os impostos diferidos, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.11 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo do Estado do Amazonas e de que serão auferidas e são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

Os benefícios de natureza dos seguintes incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Amazonas: (i) diferimento do ICMS na aquisição de insumos importados; (ii) diferimento do ICMS na saída de bens intermediários destinados à integração de processo produtivo de estabelecimento industrialmente incentivado; e (iii) redução da base de cálculo do ICMS na aquisição de alguns insumos utilizados para produção. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia encontrava-se adimplente com todos os requisitos legais para benefício desses incentivos.

2.12 Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias remuneradas e 13º salário), remunerações variáveis com participação nos lucros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, na medida em que são incorridos.

2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto estão ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e somente registrado se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Para as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia mensurou o ajuste a valor presente com base em cálculo global sobre os saldos em aberto de cada grupo de contas de ativos e passivos monetários circulantes. Os itens que compõem cada um dos grupos de contas que foram objeto de cálculo global possuem características uniformes. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. Quanto aos ativos e passivos não circulantes, a Companhia já adotava o procedimento de atualizá-los monetariamente e, portanto, já estavam ajustados ao valor presente.

2.14 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas datas dos balanços, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda de valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda de valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que corresponde ao valor justo menos custo de venda ou valor em uso, dos dois o maior. O valor justo estimado menos custo de venda se baseia nas informações disponíveis de transações de venda de ativos semelhantes ou no preço de mercado menos custos adicionais para a venda do ativo.

A administração revisa pelo menos anualmente o valor líquido contábil dos ativos de forma a avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável.

Sempre que esses indícios forem identificados e o valor contábil ultrapassar o valor recuperável, uma provisão para deterioração é estabelecida, ajustando o valor líquido contábil ao valor recuperável.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados nos balanços não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Nova estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado

No exercício de 2010 (e 2009 para os itens que foram ajustados pelo custo atribuído), a Companhia decidiu revisar a estimativa contábil com relação à vida útil dos itens do ativo imobilizado. Consequentemente, a demonstração do resultado apresentou valores de depreciação não comparativos. A nova estimativa de vida útil foi realizada prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2010, de acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis. Mudanças nas Estimativas e Retificação de Erros, com o objetivo de manter premissas mais consistentes com o fluxo de investimentos da Companhia.

Custo atribuído do ativo imobilizado

O custo atribuído dos terrenos e edifícios foi determinado pelo método comparativo utilizando dados de mercado, o qual foi desenvolvido através da coleta de imóveis à venda e/ou transacionados na mesma região do que o imóvel. Para ajustar as diferenças entre o imóvel avaliado e os imóveis pesquisados, foram aplicados fatores apropriados para ponderar diferenças tais como área e localização.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.15 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Resolução CFC No. 1.296/10, de 17 de setembro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.16 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

(i) Ativos financeiros

A Companhia possui apenas Empréstimos (concedidos) e recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

(ii) Passivos financeiros

São classificados na categoria abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

• **Passivos financeiros não mensurados ao valor justo:** passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

• **Valor de mercado:** o valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento dos balanços, ou com base em técnicas de valorização definidas pela Companhia e consistentes com as práticas usuais de mercado. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

3 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade do CPC 15 até CPC 43 (R1)

Até 31 de dezembro de 2009, as demonstrações financeiras da Companhia eram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008. As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos pronunciamentos técnicos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Dessa forma, a Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O CPC 37 – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade permite que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas), sendo que a Companhia adotou como data de transição para 1º de janeiro de 2009. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, consequentemente as demonstrações financeiras estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovado pelo CPC.

Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPCs. Esta nota explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para representar o balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

3.1 Exceções obrigatórias e isenções à aplicação retrospectiva

O CPC 37 permite a adoção de certas isenções voluntárias. A Companhia efetuou análise de todas as isenções voluntárias, sendo apresentado abaixo o resultado da análise dessas isenções sobre as suas operações e o tratamento dado pela Companhia (com indicação a correspondente Norma do CPC): As isenções a seguir são aplicáveis às operações:

a) **Isenção para apresentação do valor justo de imobilizado como custo de aquisição (custo atribuído):** a Companhia optou por re-mensurar um novo custo atribuído para os terrenos e edifícios na data de transição. Para os demais ativos imobilizados, a Companhia optou por manter o custo de aquisição adotado anteriormente como valor do imobilizado, levando em consideração que: (i) o método de custo, deduzido de provisões para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a indústria em que a Companhia opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, principalmente na divisão de mídias virgens e Gravadas, o que requer da administração revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Companhia ao longo dos anos; e iv) as taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos ativos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo.

As isenções a seguir não são aplicáveis às operações e não impactam nas demonstrações financeiras na data da adoção inicial:

a) **Exceções obrigatórias para combinações de negócios:** a Companhia não apresenta histórico de combinação de negócios;

b) **Isenção relativa à mensuração de instrumentos financeiros compostos:** A Companhia não possui instrumentos financeiros compostos;

c) **Benefícios a empregados CPC 33 (IAS 19):** A Companhia não possui planos de previdência privada caracterizados como planos de benefício definido, ou qualquer outro benefício pós-empregaticio;

d) **Contratos de seguros CPC 11 (IFRS 4):** A norma não é aplicável às operações da Companhia.

e) **Contratos de concessão ICPC 01 (IFRIC 12):** A Companhia não possui operações de concessão de serviços públicos.

f) **Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras:** Essa norma não é aplicável à Companhia;

O CPC 37, além das isenções voluntárias, também proíbe expressamente o ajuste de determinadas transações na primeira adoção, pois exigiria que a administração efetuasse análises de condições passadas, após o resultado das respectivas transações. As exceções obrigatórias contemplam:

a) **Contabilização de baixa de ativos e passivos financeiros:** A Companhia não efetuou ajustes retrospectivos em seus ativos e passivos financeiros, para fins de primeira aplicação do CPC.

b) **Registro de operações de hedge:** A Companhia não possuía qualquer operação classificada como hedge para fins de CPC na data de transição.

c) Mudanças nas estimativas:

A Companhia revisou a vida útil econômica estimada dos seus ativos do imobilizado durante o exercício de 2010. Essa revisão teve como objetivo ajustar a vida útil econômica, para fins de apuração dada depreciação de seus bens, tendo em vista os investimentos relevantes realizados nos últimos anos, no ótimo nível de manutenção industrial de seu parque fabril, bem como no nível de utilização de seus ativos. Essa revisão foi efetuada internamente e com o auxílio de empresa especializada em controle patrimonial, avaliações e inventários de ativos. O laudo de avaliação da vida útil econômica foi elaborado em conformidade com todos os fundamentos necessários para o pleno atendimento às práticas contábeis vigentes.

Assim, de acordo com o ICPC 10, a Companhia aplicou as novas vidas úteis dos seus ativos não sujeitos à aplicação do custo atribuído prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2010, já que as novas vidas representam uma mudança de estimativa. A aplicação da nova vida útil a partir de 1º de janeiro de 2010 impactou a despesa de depreciação reduzindo-a em R\$36.604 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

As demais estimativas são consistentes com as estimativas adotadas pelos critérios contábeis anteriores.

d) **Investimentos em controladas, ativos e passivos de controladas, passivos em desativação e transferências de ativos de cliente:** A norma não é aplicável às operações da Companhia.

3.2 Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas

Em conformidade ao CPC 37 a Companhia apresenta a conciliação do ativo e passivo dos exercícios apresentados anteriormente nas informações anuais referente aos períodos de 01 de janeiro de 2009 (data de transição) e 31 de dezembro de 2009, preparados de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009 e com as normas internacionais, considerando os CPCs vigentes em 2010.

3.2.1. Balanço de Abertura em 01.01.2009

Ativo Circulante	BRGAAP		CPC	
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	
Caixa e equivalentes de caixa	22.589	-	22.589	
Contas a receber	77.342	-	77.342	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.580)	-	(19.580)	
Impostos a recuperar	4.360	-	4.360	
Impostos antecipados	10.831	-	10.831	
Estoques	203.054	-	203.054	
Despesas antecipadas	507	-	507	
Impostos e contribuições sociais diferidos	10.845	(10.845)	-	
Antecipamento a fornecedores	-	10.915	10.915	
Outros créditos e valores	4.425	-	4.425	
Total do ativo circulante	314.373	70	314.443	
Ativo não circulante				
Depósitos Judiciais	-	13.429	13.429	
Impostos e contribuições sociais diferidos	6.758	10.845	17.603	
Investimentos	645	-	645	
Imobilizado	337.069	110.634	447.703	
Intangível	963	-	963	
Total do ativo não circulante	346.035	134.878	480.913	
Ativo Total	660.408	134.948	795.356	
Passivo Circulante				
Empréstimos e financiamentos	59	-	59	
Fornecedores	103.693	-	103.693	
Obrigações trabalhistas	8.696	-	8.696	
Impostos e contribuições a recolher	5.959	-	5.959	
Royalties a pagar	17.944	-	17.944	
Dividendos a pagar	-	-	-	
Impostos parcelados	5.325	-	5.325	
Comissões a pagar	1.023	-	1.023	
Frates a pagar	3.536	-	3.536	
Outras obrigações	8.233	-	8.233	
Total do passivo circulante	154.475	-	154.475	
Passivo não circulante				
Imposto de renda diferido	-	413,17	413,17	
Impostos parcelados	19.821	-	19.821	
Empréstimos e financiamentos	16.073	-	16.073	
Provisão para contingências	6.448	13.429	19.877	
Total do passivo não circulante	42.347	54.746	97.093	
Capital social	471.910	-	471.910	
Reserva de capital	-	-	-	
Ajuste de avaliação patrimonial	-	80.202	80.202	
Passivo Total	660.408	134.948	795.356	

3.2.2. Balanço de Abertura em 31.12.2009

	BRGAAP	Ajustes	Reapresentado
	Publicado		
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	14.475	-	14.475
Contas a receber	79.563	-	79.563
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.475)	-	(8.475)
Impostos a recuperar	5.884	-	5.884
Impostos antecipados	7.251	-	7.251
Estoques	149.244	-	149.244
Despesas antecipadas	224	-	224
Impostos e contribuições sociais diferidos	0.763	(8.763)	-
Ajustamento a fornecedores	16.450	-	16.450
Outros créditos e valores	10.179	-	10.179
Total do ativo circulante	257.107	0.697	266.804
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo	1.289	214.99	214.99
Depósitos judiciais	10.201	8.755	19.964
Permanente			
Investimentos	-	-	-
Imobilizado	345.395	103.436	448.826
Intangível	631	-	631
Total do ativo não circulante	357.566	132.403	489.969
Ativo Total	614.673	142.100	756.773
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	1.377	-	1.377
Fornecedores	34.153	-	34.153
Obrigações trabalhistas	11.406	-	11.406
Impostos e contribuições a receber	9.742	-	9.742
Royalties a pagar	9.202	-	9.202
Dividendos a pagar	1.352	-	1.352
Impostos parcelados	-	-	0
Comissões a pagar	925	-	925
Frete a pagar	2.492	-	2.492
Outras obrigações	8.939	-	8.939
Total do passivo circulante	89.199	-	89.199
Passivo não circulante			
Imposto de renda diferido	-	4.144	4.144
Impostos parcelados	13.859	-	13.859
Empréstimos e financiamentos	38.113	-	38.113
Provisão para contingências	4.328	20.240	24.568
Total do passivo não circulante	56.938	61.633	118.591
Capital social	460.488	-	460.488
Reservas de capital	4.977	-	4.977
Ajusto de avaliação patrimonial	-	90.202	90.202
Reservas de lucros (prejuízos acumulados)	3.072	245	3.317
Total do patrimônio líquido	468.537	80.447	548.984
Passivo Total	614.673	142.100	756.773

3.2.3. Reconciliação da demonstração do resultado reapresentado

	Patrimônio Líquido	
	31.12.2009	01.01.2009
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	548.730	463.586
Depreciação	371	-
Custo atribuído	121.519	121.519
IR e CS Diferido	(41.443)	(41.317)
Outros	-	-
Patrimônio líquido de acordo com as novas práticas contábeis	548.984	543.788
Lucro Líquido	31.2.2009	
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	25.349	
Depreciação	371	
IR e CS Diferido	(126)	
Lucro líquido de acordo com as novas práticas contábeis	25.594	

a) Apresentação de Depósitos Judiciais:

Para os depósitos judiciais que possuem provisão para contingências registrada no passivo, a Companhia passou a efetuar a apresentação desses depósitos judiciais no ativo não circulante. Anteriormente, esses depósitos eram apresentados no passivo, como uma redução da provisão para contingências.

b) Reclassificação dos impostos diferidos

Sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, foram calculados o imposto de renda e contribuição social diferidos com base na alíquota nominal desses impostos. De acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o lucro, os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida quando a Companhia e/ou suas controladas possuem o direito legal para tal compensação, sendo apresentados líquidos no ativo ou passivo não circulante.

c) Custo atribuído aos edifícios e terrenos - CPC 27/ICPC 10

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 e 43. Os efeitos da aplicação do custo atribuído (deemed cost) inicial apurados sobre o saldo do ativo imobilizado decorrentes dessa nova avaliação, foram contabilizados na abertura do primeiro exercício social em que se aplicou o Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo as demonstrações financeiras apresentadas para fins comparativos ajustadas para considerar este novo custo atribuído e seus impactos na depreciação.

3.3 Novas normas, pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações de normas

Foram aprovadas e emitidas até a divulgação dessas demonstrações contábeis, as seguintes normas, pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações de normas, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações contábeis de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações

de 2010 para fins de comparação:

As normas abaixo refletem alterações feitas pelo IASB incorporadas aos respectivos CPCs. Dispõe sobre certas compatibilizações de texto visando produzir os mesmos reflexos contábeis que a norma internacional correspondente.

Estes novos pronunciamentos não produziram impacto na Companhia:

- CPC 1 (R1) - Redução do valor recuperável de ativos (IAS 36)
- CPC 2 (R2) - Mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (IAS 21)
- CPC 3 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (IAS 7)
- CPC 5 (R1) - Divulgação de partes relacionadas (IAS 24)
- CPC 6 (R1) - Operações de arrendamento mercantil (IAS 17)
- CPC 7 (R1) - Subvenção e assistência governamentais (IAS 20 e SIC nº 10)

As normas abaixo refletem alterações feitas pelo IASB incorporadas aos respectivos CPCs. Dispõe sobre certas compatibilizações de texto visando produzir os mesmos reflexos contábeis que a norma internacional correspondente.

A Companhia aplicou referidos pronunciamentos nessas demonstrações contábeis:

- CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (IFRS 1)
- CPC 41 - Determinação e apresentação do resultado por ações (IAS 33)

As interpretações abaixo não se aplicam as atividades desenvolvidas pela Companhia e, portanto, não trazem efeitos sobre essas demonstrações contábeis:

- Interpretação Técnica ICPC 13 - Direitos a participações decorrentes de fundos de desativação, restauração e reabilitação ambiental
- Interpretação Técnica ICPC 15 - Passivo decorrente de participação em mercado específico - Resíduos de equipamentos eletroeletrônicos

IAS 24 Exigências de divulgação para entidades estatais e definição de parte relacionada (Revisada)

Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatístico e de qualidade. Esta alteração passa a exigir a divulgação de apenas um método para a identificação de partes no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

IFRS 9 Instrumentos financeiros - Classificação e mensuração

A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impactos significantes em suas demonstrações contábeis consolidadas.

IFRS 14 Pagamentos antecipados de um requisito de financiamento mínimo

Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para a identificação de partes no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

IFRS 19 Extinção de passivos financeiros com instrumentos de capital

A IFRS 19 foi emitida em novembro de 2009 e passou a vigorar em 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das IFRS quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRS 19 tenha impacto em suas demonstrações contábeis consolidadas.

Melhorias para IFRS - OIASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011.

Abaixo elencamos as principais emendas que poderão impactar a Companhia:

- IFRS 3 - Combinação de negócios;
- IFRS 7 - Divulgação de Instrumentos Financeiros;
- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas ou em audiência pública e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Contas a receber

As contas a receber incluem os recebíveis dos clientes Videolar, clientes distribuídas e dos administradores de cartões de crédito referentes a e-commerce. A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (aging list), em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1 de janeiro de 2009:

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Valores a vencer	189.966	201.246	189.071
Valores Vencidos até 030 dias	19.162	17.653	20.993
de 031 a 060 dias	10.212	12.562	8.237
de 061 a 090 dias	3.633	6.733	5.142
de 091 a 180 dias	1.901	6.989	8.695
Acima de 180 dias	26.009	43.571	55.947
Total Vencido	60.916	87.507	99.015
Contas a receber	250.882	288.753	288.085
Distribuídas	(169.607)	(209.190)	(210.743)
Contas a Receber Líquidas	81.275	79.563	77.342

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2010	2009
Saldo no início do ano	18.476	19.580
Complemento de provisão no exercício	3.389	1.085
Valores baixados da provisão:	(4.142)	(2.189)
Saldo em 31 de dezembro	17.713	18.476

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição de clientes, oferecendo parcial a entidades estatais e uma definição de clientes da Companhia Comissu mil clientes ativos. Esta carteira e nenhum cliente representa 5% ou mais da receita ou das contas a receber em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 ou 01 de janeiro de 2009.

5. Estoques

	2010	2009	01.01.2009
Matéria-prima	28.785	24.703	68.586
Produtos em elaboração	9.451	8.947	17.048
Produtos acabados	60.538	65.973	84.419
Material gráfico e embalagens	4.771	5.743	3.568
Outros materiais	25.290	49.383	39.837
Provisão para obsolescência	(4.298)	(5.505)	(10.404)
Total	124.537	149.244	203.054

A movimentação da provisão para obsolescência é como segue:

	2010	2009
Saldo no início do ano	(5.505)	(10.404)
Complemento de provisão no exercício	(6.746)	(540)
Valores baixados da provisão:	7.953	5.439
Saldo em 31 de dezembro	(4.298)	(5.505)

6. Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

CUSTO OU AVALIAÇÃO	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Instalações Industriais	Móveis e Utensílios	Equipos de Proc. De Dados		Veículos	Moldes e Ferramentas	Equipamentos de Telefonia	Provisão Impairment	Imobilizado em Andamento	Importação em Andamento	Totais
						Equip. Princ. Dados	Veículos							
Saldos em 1 de janeiro de 2009	81.226	114.008	437.383	56.527	37.574	15.975	555	34.235	1.064	11.277	11.277	25.050	816.884	
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.582)	33.992	28.483	58.893
Baixa	-	-	(1.795)	(14)	(879)	(202)	-	(7)	(19)	-	-	-	(1.348)	(4.263)
Transferência	20.000	-	6.465	153	136	116	8	-	-	-	-	(35.937)	1.620	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	101.226	114.008	445.913	62.977	36.847	15.910	671	34.244	1.053	(3.582)	11.672	52.195	873.134	
Adições	-	-	(221)	(255)	(907)	-	-	-	-	-	(8.771)	68.144	268	57.641
Baixa	-	-	(8.130)	(216)	(154)	(405)	-	30	(1)	-	-	56	(52.035)	(53.362)
Transferência	-	-	6.130	2.816	154	405	-	30	-	-	-	(9.623)	(0)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	101.226	114.008	451.821	65.539	36.134	16.315	671	34.274	1.100	(12.352)	68.249	428	877.413	
DEPRECIACÃO														
Deprec. Acum. Edif. E Benf.		Deprec. Acum. Máq. E Equipos	Deprec. Acum. Inst. Industriais	Deprec. Acum. Móveis e Utens.	Deprec. Acum. Equip. Princ. Dados	Deprec. Acum. Veículos	Deprec. Acum. Moldes e Ferram.	Deprec. Acum. Equipos de Telefonia						
Saldos em 1 de janeiro de 2009	(18.666)	(270.183)	(18.643)	(33.034)	(19.871)	(219)	(16.080)	(916)	-	-	-	-	(368.612)	
Depreciação no exercício	(5.056)	(42.390)	(7.025)	(1.450)	(2.071)	(108)	(3.003)	(38)	-	-	-	-	(61.139)	
Baixa	2.844	1.709	11	689	187	-	4	16	-	-	-	-	5.441	
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(20.877)	(310.863)	(25.657)	(33.815)	(12.756)	(325)	(19.079)	(938)	-	-	-	-	(424.309)	
Depreciação do exercício	(2.581)	(42.782)	(8.176)	(985)	(1.184)	(111)	(3.004)	(42)	-	-	-	-	(58.823)	
Baixa	-	30.449	4.206	1.225	296	18	-	-	-	-	-	-	36.702	
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(23.458)	(323.176)	(29.575)	(33.554)	(13.643)	(417)	(21.643)	(964)	-	-	-	-	(446.431)	
VALOR RESIDUAL														
Saldos em 31 de dezembro de 2010	101.226	90.550	128.645	35.964	2.580	2.672	254	12.631	136	(12.352)	68.249	428	430.982	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	101.226	63.191	135.050	37.325	3.033	3.471	15.165	347	(3.582)	-	11.672	52.195	443.525	
Saldos em 01 de janeiro de 2009	81.226	95.342	167.200	37.883	4.540	5.104	336	18.156	149	13.277	25.050	448.272		
Taxa média de depreciação anual	0,0%	-2,3%	-0,5%	-12,5%	12,6%	-7,3%	-16,5%	-8,8%	-3,8%	0,0%	0,0%	0,0%	-6,7%	

(a) Em 31.12.2010 tivemos a baixa dos valores registrados na rubrica de imobilizado em andamento referente ao processo de falência do fornecedor Darlet. Vide

O imobilizado em andamento corresponde basicamente a investimentos que estão sendo realizados no projeto Fazenda Vitória, com o aumento de produtividade e redução de custos, modernizando suas linhas de produção com equipamentos mais modernos, eficientes e econômicos, além da ampliação de sua planta fabril de BOPP e novos negócios no segmento petroquímico.

Neste exercício foram capitalizados R\$52.942, referentes a gastos com a construção da Fazenda Vitória. Devido à mudança nas práticas contábeis adotadas no Brasil para fins de conformidade com o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, na adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27, a Companhia revisou a vida útil econômica dos seus ativos com base em um laudo de avaliação emitido internamente pela Companhia e aplicou de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010. O impacto dessa revisão gerou uma redução da adição de depreciação do exercício de R\$36.604.

Quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, a Administração da Companhia identificou que seus terrenos e edifícios apresentavam valor contábil substancialmente inferior ao seu valor justo. Dessa maneira, na adoção inicial do CPC 27, a Companhia procedeu os ajustes nos saldos iniciais com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*). Os efeitos da aplicação do custo atribuído (*deemed cost*) inicial apurados sobre o saldo do ativo imobilizado decorrentes dessa nova avaliação, foram contabilizados na data de transição, sendo as demonstrações financeiras apresentadas para fins comparativos ajustadas para considerar este novo custo atribuído.

	Política Contábeis		Novas Práticas Contábeis
	Anteriores	Ajustes	
Terrenos	29.243	71.963	101.226
Edificações	40.644	49.536	90.180
Total	69.887	121.519	191.406

Os custos atribuídos de terrenos e edifícios foram determinados com base em avaliações realizadas pela empresa Processa Empresa Imobiliária Ltda., avaliadores independentes, em 31 de dezembro de 2010.

O valor justo dos imóveis foi determinado com base em transações de propriedades comparáveis (tipo de propriedade, localização, perfil de ocupação e qualidade do imóvel) observadas no mercado. Os dados de mercado obtidos foram utilizados como base para aplicação do método de avaliação recomendado pelo International Valuation Standards Committee (Comitê de Normas Internacionais de Avaliação).

Para a avaliação foi utilizada a metodologia de *método comparativo direto*. Este método define o valor de mercado para a compra e venda do imóvel através da comparação com dados de mercado de imóveis semelhantes. São selecionados alguns elementos de pesquisa de imóveis similares em oferta ou negociados e a opinião de corretores de imóveis ou outros profissionais do segmento imobiliário. Estes elementos são submetidos a uma homogeneização técnica feita com o auxílio de fatores de ponderação empírica consagrados, que visa à ponderação das características e atributos dos dados pesquisados, que exercem influência na formação de seus preços, tais como: localização, estado de conservação, padrão de acabamento, área, topografia, serviços públicos, e outros.

7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia realiza o teste de impairment anualmente ou sempre que percebe indicação de perda de substância econômica do valor recuperável dos seus ativos, conforme requerido pelo CPC 01.

Para definição do valor de recuperação dos ativos, a Companhia considerou o valor justo entre o valor justo do ativo e seu valor em uso. Para este cálculo, foi efetuada a comparação individualizada através de premissas do valor de reposição do bem e de depreciação técnica, de acordo com o método desenvolvido por A. Marston e Thomas R. Agg, na Universidade de Iowa. Este método define a taxa média aplicada em função da vida média para cada tipo ou grupo de equipamentos, vida transcorrida e vida provável. Nas hipóteses em que o valor estimado do bem estiver menor que o valor líquido contábil haverá registro da perda atribuída à aplicação do impairment.

Com base nas análises efetuadas a Companhia registrou o montante de R\$ 8.771 referente à provisão para redução ao valor recuperável.

8. Empréstimos e financiamentos

Instituição Financeira	Encargos	Garantias	Vencimento			
				31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Fortis Bank NV/SA	4,88 % a.a.	Nota Promissória	08/01/2016	-	43.318	16.854
BNDES (a)	T.JLP + 2,12% a.a.	Imóveis	15/10/2016	44.073	-	-
Parcela vencível nos próximos 12 meses				44.073	43.318	16.854
				-	(1.377)	(59)
Custo de Captação (a)				(1.181)	(3.828)	(717)
Parcela não circulante				42.892	38.113	16.078

(a) **BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**

Durante o exercício de 2010, a Companhia adquiriu uma linha de crédito junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante de R\$ 84.100. Até 31 de dezembro de 2010, foi disponibilizado à Companhia o montante de R\$ 43.500.

Esse financiamento tem como finalidade a expansão e a construção de uma nova unidade industrial para produção dos filmes de polipropileno bio-orientado (BOPP) e filme de polietileno tereftalato bi-orientado (BOPET), além da aquisição de máquinas e equipamentos nacionais. O BNDES poderá declarar vencido antecipadamente quando ocorrer as seguintes situações:

- i) quando for comprovada redução do quadro funcional da Companhia, sem que a mesma efetue programa de treinamento voltado para oportunidades de trabalho na região ou programa de realocação profissional;
- ii) Existência de sentença condenatória pela prática de discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil e escravo, assédio moral ou sexual, ou crime contra o meio ambiente;
- iii) Não nomeação de um novo fiador no período máximo de 30 dias, no caso de falecimento ou declaração de ausência de seu acionista controlador;
- iv) Diplomação de Deputado Federal ou Senador, de pessoa que exerça função remunerada na Videolar, ou esteja entre seus proprietários, controladores ou diretores.

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia estava adimplente com essas obrigações contratuais.

(b) **Banco Fortis**

Em junho de 2008, a Companhia adquiriu uma linha de crédito junto ao Banco Fortis no montante de EURO 20.400 mil. Essa linha de crédito tinha por característica o financiamento direto do Banco Fortis à Darlet Merchant Technologies S.A., fornecedor responsável pela entrega à Companhia de máquinas e equipamentos para a nova linha de produção de BOPP. Até 31 de dezembro de 2009, o Banco Fortis havia liberado o montante de EURO 15.811 mil para pagamento da Darlet. Esse financiamento não possui cláusulas determinando níveis mínimos de endividamento e de alavancagem.

Em março de 2010, a Companhia foi notificada sobre o processo judicial de falência do fornecedor Darlet. No segundo semestre de 2009 o Banco Fortis Bank NV/AS foi adquirido pelo Banco BNP Paribas.

Em 31 de janeiro de 2011, o Banco BNP Paribas encaminhou uma carta solicitando o pagamento da primeira parcela no valor de EURO 1.695 mil. Através dos seus assessores jurídicos na França, *Sonier & Associates*, a Companhia rejeitou o pedido de pagamento levando em consideração que todos os adiantamentos pagos pelo Fortis para DMT foram feitos em violação do Acordo de Crédito não havendo portanto, nenhuma obrigação de pagamento dos adiantamentos realizados para o Banco BNP Paribas. Essa rejeição é baseada no artigo 5 do Acordo de Crédito, nos termos do qual o credor, ou seja, o Fortis deveria fazer adiantamentos para a empresa através do pagamento para a Darlet, tendo recebido os seguintes documentos:

- (I) um pedido devidamente preenchido (nos termos do Anexo 6, Parte 2 - Formulário de Pedidos previsto em contrato);
- (ii) os documentos pertinentes relacionados no Anexo 4 do contrato, resumidos da seguinte forma:
 - 1. 20% do Preço do Contrato:
 - Original da proforma invoice;
 - Cópia da declaração de entrega do desenho técnico e relatório assinado pelo comprador e vendedor.
 - 2. 55% do valor do contrato na proporção dos valores de cada remessa contra a apresentação de:
 - Original da proforma invoice;
 - Original do conhecimento de embarque;
 - Original do roteamento emitido pelo vendedor ou fornecedor;
 - Recibo de armazém, se aplicável. Os custos com o armazenamento devem ser assumidos pelo comprador;
 - 5 % do valor do contrato a ser pago na data do certificado de conclusão mecânica na apresentação de:
 - fatura comercial;
 - cópia do certificado de conclusão mecânica assinado pelo comprador e vendedor, ou, no mais tardar, 18 meses após a data efetiva do Contrato se o certificado de conclusão mecânica for adiado por razões pela qual o vendedor não é responsável.

Nos termos do artigo 5.2 do contrato de crédito, há uma determinação em mandato irrevogável e incondicional dado ao Fortis, para efetuar o adiantamento em nome da Darlet, em conformidade com os termos e condições do contrato de crédito, sendo o Fortis o único responsável por verificar se todas as condições exigidas pelo contrato de crédito foram preenchidas antes de pagar qualquer adiantamento.

Tendo em vista a ausência da documentação suporte estabelecida no contrato firmado, os assessores jurídicos da Videolar entendem que o Fortis violou as cláusulas contratuais e seria o único responsável pelas consequências de tais violações. Na opinião dos assessores jurídicos, a Videolar possui bons argumentos e se encaminhou para arbitragem as chances de êxito são prováveis.

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Companhia, suportada pela opinião legal de seus assessores jurídicos, efetuou os seguintes ajustes contábeis:

	31.12.2010
Baixa do adiantamento a fornecedor em função da falência decretada	(43.858)
Baixa do passivo devido à probabilidade de desembolso ao Banco Fortis ser remota	36.163
Perda líquida reconhecida em outras despesas operacionais	(7.695)

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	2010	2009	01.01.2009
2011	-	5.233	2.207
2012	4.855	5.298	2.235
2013	7.442	5.366	2.264
2014	7.848	5.438	2.294
2015	7.871	5.513	2.326
2016	8.113	5.591	2.359
2017	6.964	5.674	2.393
Passivo não circulante	42.892	38.113	16.078

Os custos de captação são principalmente formados por comissão de intermediação, nos termos do CPC 08.

9. Provisão para contingências

A Companhia no curso normal de suas operações está envolvida em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

Provisão para Contingências	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Tributárias	26.523	20.189	15.990
Cíveis	608	643	634
Trabalhistas	5.852	4.304	3.253
	32.983	25.136	19.877

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante.

Depósitos judiciais	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Tributárias	30.050	20.334	12.908
Trabalhistas	699	1.149	505
Cíveis	24	16	16
	30.773	21.499	13.429

A movimentação das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 1º. Janeiro de 2009	15.990	3.253	634	19.877
(+) Complemento de Provisão	8.706	4.424	275	13.405
(-) Baixa Provisão	(4.507)	(3.373)	(286)	(8.146)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	20.189	4.304	643	25.136
(+) Complemento de Provisão	9.544	2.588	79	12.211
(-) Baixa Provisão	(3.120)	(1.040)	(114)	(4.274)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	26.523	5.852	608	32.983

Os principais processos são comentados a seguir:

Processos tributários

A Companhia figura no polo passivo em processos judiciais ou administrativos, que envolvem outros tributos, tais como PIS, IPI, ICMS, IR, contribuições previdenciárias, no valor total de R\$ 24.199, cujo prognóstico é de perda possível.

A provisão para contingências tributárias refere-se, substancialmente, à contestação pela Companhia da cobrança de PIS e COFINS sobre receitas auferidas na Zona Franca de Manaus, e diversos autos de infração relacionados à ICMS.

Processos trabalhistas

A Companhia figura no polo passivo de ações trabalhistas, no valor total de R\$ 2.686, para os quais a perda é provável e que, portanto, estão devidamente provisionados. Ademais, a Companhia figura no polo passivo de ações trabalhistas, no valor total de R\$ 5.852, para os quais a perda é considerada possível.

A provisão para contingências trabalhistas corresponde a perdas estimadas com base em análise individual de 114 processos de reclamações trabalhistas, principalmente relacionados a horas extras.

Processos cíveis

A Companhia figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 538, para os quais a perda é provável e que, portanto, estão devidamente provisionados. Ademais, a Companhia figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 680, para os quais a perda é considerada possível.

A provisão para contingências cíveis corresponde a perdas estimadas relativas a 38 processos envolvendo principalmente discussões comerciais.

10. Impostos parcelados

Em 31 de dezembro de 2008, a Administração da Companhia optou por desistir de um processo tributário referente ao PIS e COFINS no montante de R\$ 25.146 e protocolou o pedido para participação no Programa de Parcelamento de Impostos na Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Em outubro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Esses parcelamentos de tributos serão realizados em 30 parcelas, acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculada a partir da data de solicitação do parcelamento até a data de pagamento.

Com o advento do Refis da Crise (Lei 11.941/09), a Companhia obteve um desconto financeiro por conta da redução de juros. O ganho apurado foi de aproximadamente R\$ 8 milhões, sendo reconhecido no resultado do exercício de 2009.

Como consequência da adesão ao REFIS, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.

No exercício de 2010 foram pagos R\$ 6.178 da adesão do REFIS. O montante envolvido nesse processo, líquido de multas e redução de juros, é de R\$ 7.721, sendo R\$ 6.177 registrado no passivo circulante e R\$ 1.544 no passivo não circulante.

11. Royalties a pagar

A Companhia registra, até 31 de dezembro de 2004, royalties a pagar sobre uso de patentes com base nos montantes devidos contratualmente, que prevê o pagamento de um valor fixo com base no volume de DVDs e CDs vendidos. Devido ao entendimento formado junto aos seus assessores jurídicos de que essas condições eram abusivas, a Companhia entrou com uma ação visando a alteração no cálculo desses royalties. Durante o exercício de 2005, o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) emitiu o certificado de averbação onde estabeleceu que o montante de royalties a pagar não poderia exceder o limite de 5% sobre o preço líquido de venda. Com base na emissão desse certificado, juntamente com a avaliação da causa efetuada pelos assessores jurídicos, a Companhia está efetuando o pagamento dos royalties dentro dos critérios estabelecidos pelo INPI.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a provisão contempla basicamente o montante devido relativo ao exercício de 2009 e valores de exercícios anteriores em negociação junto ao detentor dos direitos das patentes.

12. Patrimônio líquido

a) **Capital social**

i. Em 31 de dezembro de 2010, o capital social está representado por 585.470 ações ordinárias, 169.343 ações preferenciais classe "A" e 61.094 ações preferenciais classe "B", totalizando 815.907 ações.

ii. As ações preferenciais classe "B" terão asseguradas prioridade na distribuição de dividendos mínimo de 25%, e no reembolso do capital no caso de dissolução da Companhia, de modo que a nenhuma outra espécie e classe de ações poderão ser concedidas vantagens patrimoniais superiores, concorrendo em todos os eventos qualificados, como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

iii. As ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações da assembleia geral.

iv. Em 29 de abril de 2010, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$4.977, representados por 815.907 ações ordinárias, escriturais, e sem valor nominal. O aumento é decorrente a capitalização da referida reserva de incentivos fiscais.

b) **Ajuste de avaliação patrimonial**

Os ajustes de custo atribuído (*deemed cost*), líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos foram registrados em contrapartida da rubrica de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido, em 01 de janeiro de 2009.

c) **Reserva legal**

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros distribuídos, limitando essa reserva até 20% do valor total do capital.

d) **Dividendos**

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2010, foram aprovados os pagamentos antecipados de dividendos no montante de R\$ 7.098, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

e) **Reservas de retenção de lucros**

Na data do balanço, o saldo de R\$5.335 está à disposição da Assembleia Geral dos Acionistas para distribuição.

13. Receita Líquida

	2010	2009
Receita operacional bruta	932.308	1.007.845
Impostos sobre as receitas	(91.512)	(113.158)
Devoluções	(45.833)	(39.787)
Deduções da receita bruta	(137.345)	(152.945)
Receita Líquida	794.963	854.700

...continuação

VIDEOLAR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009. (Em milhares de reais)

14. Composição dos gastos operacionais

Por natureza	2010	2009
Custo operacional	540.313	512.063
Custo dos serviços prestados	132.013	174.894
Despesas com pessoal	30.822	40.941
Despesas com assessoria e consultoria	2.992	5.531
Despesas de depreciação e amortização	11.624	23.943
Despesas com instalações	5.963	6.216
Despesas com vendas	25.655	29.525
Despesas gerais e administrativas	16.647	18.463
Despesas com marketing	8.318	16.331
Outras despesas gerais e administrativas	1.603	1.419
Total	775.950	829.326

Por função	2010	2009
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	672.326	686.957
Despesas administrativas / Recursos humanos	52.064	20.179
Despesas comerciais / Logística	33.973	54.458
Despesas industriais / Tecnologia	17.587	67.732
Total	775.950	829.326

15. Resultado financeiro líquido

	2010	2009
Receitas financeiras	-	4
Juros e ganhos em aplicações financeiras	-	25.273
Variações cambiais ativas	10.900	9.158
Outros	1.020	34.435
Total	11.928	34.435

	2010	2009
Despesas financeiras	(749)	(2.507)
Juros sobre empréstimos	(749)	(2.507)
Descontos concedidos	(354)	(13.856)
Despesas bancárias	(1.120)	(1.237)
Varição cambial passiva	(5.333)	(7.899)
CPMF	-	-
Multa e juros sobre parcelamento de impostos	(233)	(347)
Outros	-	-
Total	(7.789)	(25.846)

Resultado financeiro líquido	2010	2009
	4.139	(8.589)

16. Imposto de renda e contribuição social

a) **Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Provisão para perdas de ativos	5.710	4.589	6.391
Provisão para contingências	10.657	8.545	6.758
Provisão para obsolescência	1.461	-	-
Outras provisões	4.516	5.830	1.702
Demais diferenças temporárias	2.616	-	2.752
Total dos impostos diferidos ativos	24.960	18.964	17.603
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes na adoção dos CPCs:			
Valor justo dos edifícios e terrenos	(41.317)	(41.317)	(41.317)
Revisão da vida útil dos ativos imobilizados	(12.150)	(126)	-
Total dos impostos diferidos passivos	(53.467)	(41.443)	(41.317)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício de 2010 e 2009. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

b) **Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social**

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

Descrição	2010	2009
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	16.455	32.136
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(5.594)	(10.926)
Adições permanentes	(3.011)	(110)
Incentivo do lucro da exploração	-	4.977
Outros	(2.577)	(2.104)
Total	(6.028)	(3.955)
Alíquota efetiva	37%	13%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(5.189)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(6.028)	1.234
Total	(6.028)	(3.955)

c) **Regime Tributário de Transição**

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição ("RTT") instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, por meio do qual as apurações de IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS e da CFOP continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.941/09 foram registrados nas demonstrações financeiras contábeis da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 – Tributos sobre o lucro. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica ("DIPJ") no ano de 2009.

17. Informações sobre partes relacionadas

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores, foi fixada em até R\$2.000 conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2010.

A remuneração total dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$1.296 (R\$1.296 em 2009). Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

18. Instrumentos financeiros

A Companhia procede a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologia exigem considerável julgamento e estabelecimento de estimativa para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor de mercado ou o valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta Nota ocorreu em razão de sua materialidade. Aqueles instrumentos cujos valores contábeis se aproximam do valor justo e cuja avaliação de risco é irrelevante não estão mencionados.

De acordo com sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, o potencial desses riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, podemos destacar os seguintes:

a) **Risco de crédito**

A base de clientes da Companhia é pulverizada, sendo que os principais clientes não representam mais que 20% do total do faturamento. Por meio de controles internos, a Companhia monitora permanentemente o nível de seus contos a receber, o que limita o risco de contos inadimplentes.

b) **Riscos de taxa de câmbio**

A Companhia possui alguns fornecedores e empréstimos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos desses passivos. A Companhia não tem nenhum instrumento derivativo para minimizar esse risco.

c) **Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos**

As Companhias devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas eventuais operações com instrumentos financeiros derivativos. A principal exposição da Companhia em relação a seus instrumentos financeiros é o dólar norte americano representado pelos seus fornecedores estrangeiros com exposição de R\$ 14.306 em 31 de dezembro de 2010. A Companhia entende que face aos montantes envolvidos, os riscos relacionados a esta exposição não são significativos.

d) **Mensurações de valor justo**

A Companhia apresenta a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil			Valor justo		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	49.407	14.475	22.589	49.407	14.475	22.589
Contas a receber	81.275	79.563	77.342	81.275	79.563	77.342
Tributos a recuperar	7.695	13.135	15.191	7.695	13.135	15.191
Total	138.377	107.173	115.122	138.377	107.173	115.122
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	42.892	39.490	16.137	42.892	39.490	16.137
Fornecedores	25.727	34.153	103.693	25.727	34.153	103.693
Tributos a receber	3.992	9.742	5.959	3.992	9.742	5.959
Total	71.611	83.385	125.789	71.611	83.385	125.789

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar, fornecedores e tributos a receber: aproximamos os valores de seus valores de realização grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- Empréstimos e Financiamentos: as taxas pactuadas refletem substancialmente as condições usuais de mercado em 31 de dezembro de 2010 e 2009, visto que se tratam de captações recentes.

A Companhia não possui derivativos contratados ou embutidos em outros contratos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

e) **Gerenciamento de capital**

O objetivo principal da administração da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Empréstimos e Financiamentos	42.892	39.490	16.137
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(49.407)	(14.475)	-
Divida Líquida (Caixa líquido das dívidas)	(6.515)	25.015	(6.452)
Patrimônio Líquido	552.313	548.984	543.788
Patrimônio Líquido e dívida líquida	545.798	573.999	537.336

19. Benefícios a funcionários

A Companhia não é instituidora ou patrocinadora de qualquer tipo de plano de pensão ou outro benefício pós-emprego. Conforme acordo sindical, a Companhia deverá remunerar seus funcionários mediante participação nos resultados, caso sejam atingidas determinadas performances estabelecidas de acordo com o planejamento anual. Considerando o não atingimento das metas estabelecidas, a Administração não constituiu provisão para pagamento desse benefício em 2010 (R\$ 2.587 em 2009).

20. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos imobilizados e seus estoques.

O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2010 e 2009 é considerado suficiente, segundo opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

21. Arrendamentos operacionais

Os compromissos referem-se, basicamente, a contratos de locação de imóveis como apartamentos para uso de funcionários e projetos, locação do Centro de Distribuição e do Duto Instalado entre o porto da Petrobras até a Videolar levando o monômetro de estireno para dentro dos silos na unidade IV em Manaus. Os contratos de locação de equipamentos referem-se à locação de cilindro para nitrogênio, locação de empilhadeira da unidade III e locação de firewall, roteadores e servidor.

Abaixo o quadro com os vencimentos dos contratos e previsão de renovação:

Imóveis	Valor Aluguel Mensal (R\$)	Vencimento do Contrato
Apto Bromélia, 1401.		2 20/8/2011
Apto Bromélia, 203.		2 20/8/2011
Apto Bromélia, 102.		2 20/2/2011
Apto Portal da Cidade, 17/0.		2 30/7/2011
EMTEC - CD	44	3/12/2023
Máquinas e equipamentos		
Petrobras	20	2/12/2012
Ocênio Telecomunicações	4	Indeterminado
White Marins	4	Indeterminado
Jungheinrich - Empilhadeira	4	30/4/2011

Os desembolsos dos compromissos de locações previstos para os próximos anos são:

2011	953
2012	842
2013	842

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Conselho de Administração da Videolar S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Videolar S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Videolar S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 13 de maio de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-ZSP015199/O-6-S-AM

Antonio Carlos Fioravante
Contador CRC-1SP184973/O-S-AM

DIRETORIA

Phillip Wojdyłowski Diretor Presidente	Tsuguio Takayama Diretor Corporativo
Valmir Franco Diretor Residente	Carmo Caparelli Diretor Comercial e de Operações
Silas Paulo Varone Diretor Industrial	Claudio Rocha Filho Diretor Comercial – Resinas Plásticas

CONTADOR

Tsuguio Takayama
Contador
CRC: 1SP192336/O8

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Lirio Albino Parisotto
Presidente do Conselho

MEMBROS DO CONSELHO

Phillip Wojdyłowski
Tânia Maris Vanin Parisotto
Elie Linetzky Waitzberg